



ENTREVISTA

Deputada Sandra Rosado

É preciso zelar pelo futuro de nossas crianças

PÁGINA 19

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO



Bahia é sede do 25º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) reuniu, entre os dias 7 e 10 de novembro, mais de 500 pessoas na Praia do Forte (BA) para participar do evento. O Encontro aproximou associados e seus familiares, além de permitir maior estreitamento de laços entre os membros da categoria.

▶ PÁGINAS 12 e 13



Procuradores-chefes do MPT tomam posse

Foi realizada em Brasília a cerimônia de posse conjunta dos novos procuradores-chefes do Ministério Público do Trabalho. Ao longo do mês de outubro, a ANPT participou, também, de diversas solenidades promovidas nas Procuradorias Regionais do Trabalho em todo o país.

▶ Página 11



TRABALHO INFANTIL

Conferência Global é realizada em Brasília

Página 4

CRIAÇÃO DE CARGOS

Senado aprova PLC 53/2013

Página 7

Caro Associado,

Esta edição do Informativo apresenta a cobertura do 25º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), evento realizado, de 7 a 10 de novembro, na Praia do Forte, na Bahia, reunindo mais de 500 pessoas. Os Encontros Nacionais promovidos pela ANPT, como já se tornou tradição, propiciam inegável aproximação e maior estreitamento de laços entre associados, familiares e convidados.

Também nesta edição do Informativo, buscamos sintetizar a atuação da ANPT ao longo do mês de outubro e primeira quinzena de novembro, merecendo destaque, dentre outros inúmeros compromissos, a posse dos Procuradores-Chefes que assumem, para o próximo biênio, a gestão de todas as Procuradorias Regionais do Trabalho do País. Além da posse coletiva, realizada em Brasília, no início de outubro, na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, várias solenidades de posse e de transmissão das respectivas gestões foram realizadas nas mais diversas regiões do Brasil, tendo delas participado a ANPT.

O evento alusivo aos 10 anos de atuação da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT) do MPT também teve a nossa participação, assim como visitas a Procuradorias Regionais do Trabalho e a participação em eventos promovidos por outros ramos do Ministério Público brasileiro, com os quais buscamos, sempre, desenvolver um trabalho de parceria constante – e, mais que isso, permanente – em prol da instituição e dos interesses defendidos por meio de nossa atuação. Nesse sentido, este Informativo traz, por exemplo, a cobertura de diversos eventos e compromissos relacionados à temática do combate ao trabalho infantil, entre vários outros temas não menos relevantes.

A atuação da entidade no Congresso Nacional também merece um especial destaque, em especial no que diz respeito a proposições legislativas que tratam de temas tão caros aos membros do MPT, a exemplo o PL que cria cargos de subprocurador-geral do Trabalho e de servidores no âmbito da instituição, aprovado no Plenário do Senado, e a PEC que trata da questão concernente à garantia da vitaliciedade, conferida aos membros do MP e que tem sofrido injustificáveis e inconstitucionais ataques nos últimos tempos, assim como diversos outros projetos em trâmite no Poder Legislativo, que têm acompanhamento diuturno da Associação.

Boa leitura.

CURTAS

Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça

A ANPT foi classificada, em segundo lugar, no Prêmio Nacional de Comunicação e Justiça, cuja cerimônia de entrega da premiação ocorreu dia 11 de outubro, no encerramento do IX Congresso Brasileiro dos Assessores de Comunicação da Justiça (Conbrascom), em São Paulo. A entidade foi finalista na categoria “Jornal”, voltado ao público interno ou externo, impresso e com periodicidade definida.

MPT/RN recebe visita da ANPT



Foto: Ascom/MPT-RN

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, visitou, dia 30 de outubro, a sede do Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte (MPT/RN). O procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, também participou da reunião. Eles foram recebidos pelo procurador-chefe da Regional, Marcelo Almeida Andrade, e pelos procuradores do Trabalho Aroldo Teixeira Dantas e Fábio Romero, assim como os procuradores Regionais do Trabalho Xisto Tiago de Medeiros Neto e José de Lima Ramos Pereira.

Durante a visita, o grupo conversou sobre temas que são acompanhados pela ANPT no Congresso Nacional, além de terem sido prestados esclarecimentos a respeito de requerimentos formulados pela ANPT tanto na esfera administrativa, quanto no âmbito judicial, a exemplo de ações que tratam do pagamento de diárias a membros do MPT. Ainda nesse sentido, falaram também sobre os requerimentos tratando da questão referente ao auxílio-moradia, do acompanhamento dos projetos legislativos que tratam da reposição do valor dos subsídios e do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), entre diversas outras questões.

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Moraes do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Marcelo Adriano da Silva
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonogo Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

ANPT sugere medidas para erradicar o Trabalho infantil

A procuradora do Trabalho Valesca de Moraes do Monte representou, dia 6 de novembro, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) durante reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), da Câmara dos Deputados, que investiga o trabalho infantil no Brasil. “A inserção do tema trabalho infantil na agenda política do país é fundamental porque esta realidade traduz intolerável violação de direito humanos e dos princípios constitucionais fundamentais”, disse a representante da ANPT durante o seu pronunciamento.

Segundo ela, tratar desse tema é fundamental porque o Trabalho Infantil constitui sempre uma exploração, uma violação dos direitos humanos em pleno século XXI. “Nós temos no Brasil um dos arcabouços jurídicos mais modernos se compararmos com outros países. Além disso, temos uma Constituição Federal que expressamente estabeleceu como princípio fundamental a proteção integral da infância. Essa mesma Constituição disse que é dever do Estado, da família e da sociedade dar prioridade absoluta às crianças e adolescentes, conferindo a elas o direito à saúde, à educação de qualidade, à profissionalização e ainda excluí-las de todas as formas de exploração e de discriminação”, falou.

A procuradora ressaltou que nas investigações cotidianas do Ministério Público do Trabalho (MPT) são muitos os desafios, uma vez que o tema trabalho infantil ainda é visto pela sociedade



Pronunciamento de Valesca do Monte na CPI contra o trabalho infantil

Foto: Ascom/Anamatra

em geral como um mal menor diante de outros problemas que afligem o País. “A cultura de tolerância com o trabalho infantil é uma grande barreira que enfrentamos na erradicação do trabalho infantil. Porém, os padrões culturais não são imutáveis, precisam ser alterados diante do estágio civilizatório que o País alcançou. Devemos contribuir para que seja eliminado o pensamento elitista e preconceituoso de que a criança pobre que não trabalha está mais sujeita à prática de crimes” revelou.

Com o objetivo de contribuir com os trabalhos da CPI, Valesca de Moraes registrou que alguns temas poderiam ter destaque especial, entre eles o trabalho nos lixões, nas carvoarias, trabalho infantil doméstico, profissionalização pela aprendizagem, trabalho infantil artístico, entre outros. **N**

CPI do Trabalho Infantil realiza primeira sessão

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 16 de outubro, da primeira sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instalada na Câmara dos Deputados com o objetivo de apurar a exploração do trabalho infantil no Brasil. Ele conversou com a presidente da CPI, deputada Sandra Rosado (PSB/RN) e com a relatora da Comissão, deputada Luciana Santos (PCdoB/PE). Nesta primeira reunião, o deputado Jean Wyllys (PSOL/RJ) foi eleito primeiro vice-presidente, e o deputado Paulo César (DEM-RR) o terceiro. A deputada Andréia Zito (PSDB-RJ) já havia sido eleita para o cargo de segunda vice-presidente.

Nas conversas com os parlamentares que integram a CPI, o presidente da

ANPT ressaltou que a Associação está à disposição da Comissão para colaborar no que for necessário no avanço e no aprofundamento dos debates e demais medidas que se façam necessárias em relação a tão relevante tema, inclusive para participar de audiências públicas

Foto: Ascom/ANPT



Presidente da ANPT conversa com a presidente da CPI

que vierem a ser realizadas. “Os membros do Ministério Público do Trabalho, em todos os Estados do Brasil, têm uma atuação enfática no combate a essa verdadeira chaga social que é o trabalho infantil, e, portanto, podem contribuir, e muito, com os trabalhos da CPI, não apenas com informações e dados dessa atuação, mas, de forma especial, com sua experiência prática, que se dá há bastante tempo e com resultados expressivos”, esclareceu.

Segundo a relatora da CPI, o trabalho que será realizado na Comissão será de grande valia para combater essa questão no Brasil. “Queremos conhecer mais profundamente, não somente essa realidade que se impõe no Brasil e que nós sabemos que existe, mas também os programas que visam a amenizar essa grave situação”, afirmou. **N**

Organização das Nações Unidas apresenta suas prioridades no combate ao trabalho infantil

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram, dia 8 de outubro, da divulgação do relatório “*Prioridades del Sistema de las Naciones Unidas para abordar el Trabajo Infantil en América Latina y el Caribe: un compromiso común*”, realizada na Casa das Nações Unidas, em Brasília. O material é uma produção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

O documento contém a sistematização das contribuições das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), integrantes do Grupo Interagencial das Nações Unidas sobre Trabalho Infantil, para alcançar a eliminação das piores formas de trabalho infantil na América Latina e Caribe até 2016.

Durante o evento, a diretora regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Elizabeth Tinoco, disse que a região tem, hoje, 12,5 milhões de crianças trabalhando. Dessas, 9,6 milhões estão nas piores formas de trabalho infantil, expostas a riscos em atividades relacionadas, por exemplo, à agricultura e ao trabalho infantil doméstico, assim como à exploração sexual de crianças e adolescentes e outras situações graves. **N**



Diretora da regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Elizabeth Tinoco



Diretoria da ANPT acompanhou o evento

Fotos: ASCOM/ANPT

Procuradores do Trabalho firmam compromisso para erradicar o trabalho de crianças até 2016

Foi realizada, entre os dias 8 e 10 de outubro, a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em Brasília. O evento reuniu delegações de 150 países, entre representantes de governos, dos trabalhadores, dos empregadores e sociedade civil de âmbito nacional e internacional para discutir medidas para a erradicação do trabalho infantil. Diversos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) participaram do evento, entre eles a diretora da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) Cândice Gabriela Arósio, o coordenador da Coordinfância, Rafael Dias Marques, e a vice-coordenadora, Thalma Rosa de Almeida.

Durante os dois dias de realização da Conferência, os participantes fizeram

um balanço das ações relacionadas ao combate ao trabalho infantil no Brasil e propuseram medidas mais eficazes para o enfrentamento dessa questão até 2016, conforme meta definida na conferência anterior, em Haia (Holanda), em 2010.

CARTA DE BRASÍLIA

Os líderes da conferência, procuradores do Trabalho, juízes do Trabalho, representantes de trabalhadores, de empregadores e de governos debateram, no último dia, a Carta de Brasília, que menciona o reconhecimento da necessidade de se reforçarem as ações nacionais e internacionais em relação ao combate do uso de mão de obra de crianças e adolescentes. O docu-

mento reafirmou o compromisso dos países em erradicar as piores formas de trabalho infantil até 2016.

Na carta é defendido, ainda, que o Ministério Público e o Poder Judiciário devem participar ativa e decisivamente para assegurar a erradicação do trabalho infantil, visto que os princípios da absoluta prioridade e da proteção integral, vinculados à tutela geral dos direitos humanos, detêm universalidade e se dirigem não apenas aos governos e parlamentos, mas também ao Estado-juiz.

De acordo com o documento, ficou estabelecido que o próximo encontro será na Conferência Geral sobre a Erradicação Sustentada do Trabalho Infantil, na Argentina, em 2017. **N**

Reunião do diretor-geral da OIT com procurador-geral do Trabalho tem participação da ANPT

O procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, recebeu em seu gabinete, dia 8 de outubro, a visita do diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Guy Ryder. Também participaram do encontro o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, além do coordenador nacional da Coordinfância, Rafael Dias Marques, e de outros membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da OIT.

Durante a reunião, os participantes trataram da atuação do MPT no combate às irregularidades trabalhistas, com ênfase no enfrentamento de questões como o combate ao trabalho infantil, ao trabalho escravo, a busca por condições adequadas de saúde e segurança do trabalho e meio ambiente laboral em geral, inclusive em grandes obras como as da Copa do Mundo e das Olimpíadas, entre outras.

O presidente da ANPT relatou para o diretor-geral da OIT algumas atuações emblemáticas dos membros do MPT, apresentando, inclusive, esclarecimentos sobre medidas adotadas



Reunião no gabinete do PGT com membros do MPT e OIT

Foto: Ascom/ANPT

pela própria Associação. O procurador-geral do Trabalho, por sua vez, enfatizou a relevância da parceria da Instituição com a OIT, destacou o significado da atuação conjunta que busca pela melhoria das condições de trabalho em todas as searas e no País inteiro. **■**

Conatrae promove reunião e discute estratégias de atuação

A Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) realizou, dia 17 de outubro, reunião de trabalho de seu colegiado, na sede da Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) para tratar, entre outros assuntos, da situação dos trabalhadores embarcados. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do encontro.

Após ter sido apresentado amplo relato pela equipe da SDH acerca de condições laborais degradantes de trabalhadores de navios, o presidente da ANPT destacou a enfática atuação dos membros do Ministério Público do Trabalho que compõem a Coordenadoria Nacional do Trabalho Portuário e Aquaviário (Conatpa/MPT) no combate às irregularidades trabalhistas nesse setor. Ele ressaltou ainda, que os membros podem contribuir de maneira significativa para buscar soluções em relação à situação relatada.

O presidente da ANPT informou aos presentes sobre a aprovação, ocorrida minutos antes do início da reunião, do texto que regulamenta dispositivos da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 57-A/1999, conhecida como PEC do Trabalho Escravo, pela Comissão Mista

Especial para Consolidação da Legislação Federal e Regulamentação de Dispositivos da Constituição. Ele ressaltou que o texto “não trata da matéria da maneira mais adequada, pois não menciona as condições degradantes de trabalho como uma das causas da caracterização do trabalho em condições análogas às de escravo”.

“Paralelamente a isso, estamos também acompanhando a tramitação do projeto do novo Código Penal, a fim de que, na linha de reuniões já realizadas, com êxito, preteritamente com o seu relator, senador Pedro Taques (PDT-MT), garantir a manutenção da conceituação atual na legislação criminal, a fim de

não se retirar o trabalho degradante da tipificação do trabalho escravo, o que para nós se mostraria inadmissível, já que representaria inaceitável retrocesso social”, ressaltou Azevedo Lima.

PEC DO TRABALHO ESCRAVO

A comissão mista aprovou o parecer do senador Romero Jucá (PMDB-RR) que define o que é trabalho escravo e cria condições para a desapropriação de imóveis urbanos e rurais onde for constatada tal prática. Discutida tal matéria, vem sendo debatido entre os senadores para que, agora, votem o texto da própria PEC. **■**



Reunião da Conatrae na sede da SDH

Foto: Ascom/ANPT

CODEMAT comemora 10 anos de existência

Fotos: ASCOM/ANPT

A Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT) do Ministério Público do Trabalho (MPT) completou, dia 14 de outubro, dez anos de existência. Para marcar o momento, foi lançada neste dia uma campanha oficial em alusão à data. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro da entidade, Ângelo Fabiano, participaram do evento. Em sua manifestação, Azevedo Lima ressaltou ser motivo de grande alegria participar das comemorações dos 10 anos da CODEMAT, “não somente pelo puro e simples decurso do tempo em si, de sua década de existência, mas, e sobretudo, pelo muito que já foi feito ao longo desse tempo”, ressaltou.

Ele destacou algumas questões que constituem objeto de atuação de referência dos membros da Coordenadoria, a exemplo do trabalho nos setores sucroalcooleiro e na construção civil, do combate à utilização da fibra do amianto no Brasil, entre outras. “A ANPT tem buscado contribuir para que avanços ainda mais significativos sejam alcançados nesse relevante trabalho. E é exatamente com esse objetivo que adotamos medidas como levar à apreciação do Conselho Superior do MPT a necessidade de regulamentação de um programa concernente ao meio ambiente laboral justamente no âmbito do MPT, a fim de que possamos avançar ainda mais no trato dessa tão importante questão em nossa própria casa”, disse.

O coordenador nacional da Codemat, Philippe Gomes Jardim, agradeceu ao procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo,



pelo apoio nas ações da coordenadoria. “É importante também destacar que a Codemat tem uma área de ação transversal, que a torna legitimada para atuar em várias vertentes em defesa dos trabalhadores”, destacou.

Durante a solenidade, foi apresentada a campanha dos 10 anos da CODEMAT e foram homenageados todos os ex-coordenadores da Coordenadoria. Um dos livros lançados durante o evento foi “Meio Ambiente do Trabalho Aplicado”, organizado pelos procuradores do Trabalho Philippe Gomes Jardim e Ronaldo José de Lira, este último vice-coordenador nacional da Codemat. O outro livro lançado na ocasião foi “Trabalho”, que consiste em ensaios fotográficos do cotidiano de trabalhadores nas áreas dos projetos nacionais da Codemat, em setores como sucroalcooleiro, construção civil, frigoríficos e indústria do amianto. **N**

ANPT participa de Ciclo de Debates do Ministério Público nos 25 anos da Constituição Federal

Foto: Ascom/APMP

A Associação Paulista do Ministério Público (APMP) em parceria com o Ministério Público Democrático (MPD), realizou, dia 8 de outubro, e com o apoio da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), o seminário “Ciclo de Debates do Ministério Público nos 25 anos da Constituição Federal”. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do evento e ressaltou, durante o seu pronunciamento, “a relevância do aprofundamento dos debates a respeito da Carta Magna e da sua utilização como uma ferramenta para a busca de avanço na promoção dos direitos sociais e dos direitos e



garantias individuais e coletivas”.

Ele frisou a feição que o Ministério Público passou a ter com o advento da Constituição, destacando os ataques que a instituição e os seus membros têm sofrido nos últimos tempos. “O presidente da Assembleia Nacional Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, ao promulgar o novo

texto constitucional, ressaltava que trair a Constituição significava trair a pátria, e não resta dúvida que o avanço de medidas como a malsinada PEC 37, recentemente arquivada pelo Congresso Nacional após amplo trabalho de articulação das entidades de classe representativas de membros de todos os ramos do Ministério Público, ao afrontar de maneira brutal as prerrogativas do MP, acaba por trair, sem dúvida nenhuma, o espírito da Constituição, o que não se pode tolerar, e o aprofundamento de discussões tão relevantes como as que serão travadas ao longo deste evento, seguramente, contribuem para o aperfeiçoamento do regime democrático”, destacou. **N**

PEC que trata da vitaliciedade para membros do MP é tema de reunião no Congresso Nacional

O senador Humberto Costa (PT-PE) recebeu, dia 22 de outubro, o presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas. Na ocasião, os dirigentes da entidade pediram apoio do parlamentar para que o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 291/2013, e apensadas, seja aprovado na Câmara dos Deputados na mesma linha do consenso construído em torno da então PEC 75 (que, na Câmara, foi autuada como PEC 291/2013), de sua autoria e já aprovada pelo Senado.

O receio dos dirigentes da ANPT é que, tramitando na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, também, a PEC 505, que trata da mesma matéria e à qual foi apensada a PEC 291/2013, venham a ser admitidas ambas as propostas. Segundo os procuradores, a PEC 505 não deve ser admitida, por estar eivada de inconstitucionalidade, uma vez que acaba com a garantia da vitaliciedade dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, a qual não poderia ser suprimida por emenda constitucional, por consistir em cláusula pétrea, compondo, portanto, o núcleo imodificável da Constituição.

Fotos: ASCOM/ANPT



Senador recebe dirigentes da ANPT em seu gabinete

O senador Humberto Costa colocou-se à disposição para colaborar, inclusive em contatos com integrantes da CCJ da Câmara dos Deputados e representantes do Executivo que possam, também, ajudar no convencimento dos parlamentares.

ACOMPANHAMENTO

A ANPT tem acompanhado de perto os trabalhos da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados, em especial



Parlamentares e presidente da ANPT conversando sobre os PLs que tratam da vitaliciedade e da terceirização

ao que diz respeito à PEC 505, de autoria da então senadora Ideli Salvatti (PT/SC). Nesse sentido, no dia 2 de outubro, vários parlamentares foram contactados pelos dirigentes da ANPT e de outras entidades de classe, tais como a Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp) e a Associação dos Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (Amperj), a fim de se garantir a manutenção dessa garantia, inclusive com a busca de apoio ao voto em separado apresentado pelo deputado Vieira da Cunha (PDT-RS), que o apresentou em atendimento a pedido da ANPT, manifestando-se pela não admissibilidade da referida PEC, dada sua inconstitucionalidade, por violar cláusula pétrea. A votação da matéria, no entanto, foi adiada novamente.

O presidente e a vice-presidente da ANPT também têm tratado na CCJ, permanentemente, do Projeto de Lei (PL) 4330, de autoria do deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), que regulamenta a terceirização no Brasil. Eles também têm intensificado contatos, na Câmara, com deputados buscando apoios para a efetiva aprovação da PEC 505, que acaba com a contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas. **N**

Plenário do Senado aprova PL que cria cargos de subprocurador-geral do Trabalho

O Plenário do Senado aprovou, dia 23 de outubro, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 53/2013, que cria 12 cargos de subprocurador-geral do Trabalho e cargos de servidores (sendo 60 cargos efetivos, dos quais 36 de Analista e 24 de Técnico, além de 24 cargos em comissão e 12 funções comissionadas) no âmbito do Ministério Público do Trabalho. A matéria, que já foi aprovada na Câmara dos Deputados (PL 4356/2012),

seguiu para sanção da presidente da República, Dilma Rousseff.

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), assim como a Administração do Ministério Público do Trabalho, acompanhou a matéria desde o início de sua tramitação no Congresso Nacional, inclusive com a realização de diversas reuniões com parlamentares, da Câmara e do Senado, envolvidos com o projeto.

Corte Interamericana de Direitos Humanos promove no STF 49ª Sessão Extraordinária

Foi realizada, dia 11 de novembro, a abertura da 49ª Sessão Extraordinária da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CorteIDH). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da sessão solene, promovida no Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, que contou com a presença dos integrantes da CorteIDH, de ministros do STF e de diversas autoridades brasileiras.

A cerimônia foi acompanhada também por parentes das vítimas colombianas do processo que seria examinado pela CorteIDH – caso Rodríguez Vera e outros *versus* Colômbia, que trata de desaparecidos na tomada do Palácio de Justiça da Colômbia por forças militares em 1985. A operação militar se deu em resposta à ação do Movimento 19 de Abril (M-19), que ocupou o prédio, sede da Suprema Corte da Colômbia, na tentativa de levar a julgamento o então presidente colombiano, Belisario Betancur. Em seu discurso, o presidente do STF, ministro Joaquim Barbosa, lembrou que no dia 9 de julho de 1992 o Brasil ratificou a Convenção Americana sobre Direitos Humanos. “Passados 21 anos, a mesma essência do que se convencionou naquela época perpetua-se no Supremo”, afirmou. “A recepção da Corte Interamericana pelo Supremo reafirma o respeito dessa Corte aos valores inerentes aos direitos essenciais do homem, já reconhecidos



Colegiado do STF e da CIDH durante sessão realizada no STF

Foto: Felipe Sampaio/SCO/STF

e explicitamente declarados no Pacto de San José da Costa Rica”. Para Joaquim Barbosa, o diálogo entre os poderes públicos e os organismos internacionais é ferramenta relevante de concretização dos ideais republicanos. “A nítida compreensão da existência de uma esfera de jurisdição atribuída pelo Brasil e vários outros países latino-americanos a órgãos do sistema interamericano de direitos humanos faz dessas entidades internacionais órgãos integrantes da rede de atribuições jurisdicionais a que o nosso país soberanamente decidiu se submeter”, salientou. **N**

Bancada da Paraíba no Congresso Nacional realiza reunião com a presença da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 13ª Região (PRT-13), Cláudio Gadelha, participaram, dia 13 de novembro, de reunião da bancada composta pelos Deputados Federais e Senadores da Paraíba, no Congresso Nacional. Na ocasião, Gadelha reiterou aos parlamentares a necessidade de verbas para ampliação da sede da PRT, bem como, e de maneira especial, para construção de instalações adequadas para as Procuradorias do Trabalho nos Municípios de Patos e Campina Grande.

O procurador falou sobre a necessidade de novos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) na Regional, destacando, porém, que as instalações, atualmente, não possuem condições físicas para receber o necessário acréscimo de recursos humanos. “Em Campina Grande temos uma sede pequena na qual não cabe mais membro, servidor nem estagiário. Nós já temos os terrenos lá e no município de Patos. Eu já até determinei a abertura do processo de licitação para os projetos básicos e complementares das PTMs, agora precisamos conseguir as verbas para dar continuidade ao processo e iniciar as obras” disse.

Segundo o presidente da ANPT, mostra-se de extrema relevância a articulação dos membros do MPT, principalmente os



ANPT acompanhou a reunião da bancada

Foto: ASCOM/ANPT

gestores da instituição, com as bancadas dos seus respectivos Estados e com o Parlamento em geral, “a fim de que se possa buscar efetivos avanços nas condições de recursos humanos e materiais para toda a instituição, seus membros e para a sociedade como um todo, beneficiária direta da atuação do MPT”. Azevedo Lima enfatizou, ainda, que “a ANPT está à disposição para colaborar no que for possível na tramitação desses pleitos”, ressaltou.

O coordenador da bancada, deputado Manoel Júnior (PMDB/PB), disse estar sensível ao pleito do MPT na Paraíba e ressaltou sua concordância, “por se tratar de um tema importante aos trabalhadores do Estado como um todo”. **N**

Empossado novo procurador-chefe da PRT-10

Tomou posse, dia 11 de novembro, como procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal e no Estado de Tocantins, Alessandro Santos de Miranda. Ele substituiu a procuradora-chefe da Regional no último biênio, Ana Cláudia Rodrigues Bandeira Monteiro. A



Daniela Varandas acompanhou a posse

Foto: ASCOM/ANPT

posse aconteceu no gabinete do procurador-geral do Trabalho, Luís Antônio Camargo de Melo, e contou também com a participação da vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas. A solenidade de transmissão de cargo na PRT será dia 29/11.

A nova gestão tem duração de dois anos. Alessandro Miranda disse que continuará o trabalho da gestão anterior. “Agradeço a todos que me confiaram o desafio de assumir a Procuradoria. Vou continuar o trabalho da Ana Cláudia e conto com a

colaboração de todos para fazer também uma boa administração”.

A solenidade contou com as presenças de conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), entre eles o subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Pereira Coelho, o promotor de Justiça Cláudio Henrique

Portela do Rego e o advogado Leonardo Henrique de Cavalcante Carvalho, além dos coordenadores nacionais do MPT de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho (CODEMAT), Philippe Gomes Jardim, e da Coordenadoria Nacional de Combate às Irregularidades Trabalhistas na Administração Pública (CONAP), Marici Coelho de Barros Pereira, bem como de membros do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) e procuradores regionais e do Trabalho. **■**

CCJ da Câmara adia apreciação do PL sobre inquérito civil

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados adiou, nos dias 12 e 13 de novembro, a apreciação do Projeto de Lei (PL) 6745/06, que altera dispositivos da Lei nº 7347 (Lei de Ação Civil Pública - LACP), de 24 de julho de 1985, para instituir o controle judicial sobre os inquéritos civis, além de ampliar o rol de legitimados à instauração do inquérito civil público. O presidente da ANPT,

Carlos Eduardo de Azevedo Lima, juntamente com a vice-presidente da CONAMP, Norma Cavalcanti, acompanhou as sessões, ocasião na qual conversou com diversos deputados, a fim de conseguir apoios para que fosse retirado de pauta o PL, enquanto se busca a construção de um consenso em torno de uma redação considerada mais adequada pelos membros do Ministério Público.

A ANPT já acompanha esse PL há bastante tempo, inclusive tendo apresentado Nota Técnica, manifestando-se formal e expressamente contra a proposição legislativa, a diversos deputados, o que já ensejou a apresentação de voto em separado contrário ao projeto e à aprovação de realização de audiência pública para discutir a matéria de maneira mais aprofundada, a qual ainda não foi realizada. **■**

ANPT ingressa como “amicus curiae” em ação que trata da inconstitucionalidade de resolução do CMN

A ANPT, atendendo a pleito da CONAFRET, formalizou pedido de admissão, na condição de *amicus curiae*, nos autos da ADPF n. 236, de relatoria do ministro Roberto Barroso, do STF. A ação tem por escopo o reconhecimento de inconstitucionalidade da Resolução n. 3.954, editada pelo Conselho Monetário Nacional, a qual dispõe sobre a contratação de correspondentes bancários.

A ANPT se valeu, em sua linha argumentativa, de fundamentos apresentados pelo associado Marcos G. Cutrim, o qual ressalta a inconstitucionalidade da Resolução impugnada “em razão de usurpar a reserva legal

da União para legislar sobre o direito do trabalho e de violar a exigência de Lei Complementar para legislar sobre sistema financeiro nacional, assim como impedir o exercício do direito constitucional legítimo de greve pelos bancários ao pulverizar a categoria bancária entre trabalhadores dos correspondentes bancários. No caso dos bancos que integram a Administração Pública, a resolução burla ao princípio constitucional do concurso público como condição de acesso ao emprego público em sociedades de economia mista e empresas públicas federais”.

ANPT participa da abertura do 35º Conat

Com o tema central “No Brasil dos eventos internacionais, o Direito do Trabalho está no pódio”, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 9 de outubro, no Rio de Janeiro, da abertura do 35º Congresso Nacional de Advogados Trabalhistas (Conat). O evento realizou-se em parceria da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT) com a Associação Carioca dos Advogados Trabalhistas (ACAT).

“Para os membros do MPT, mostra-se extremamente oportuno participar, juntamente com os mais diversos profissionais militantes do direito do trabalho do Brasil inteiro, desse evento que, certamente, propiciará o aprofundamento de importantes debates que contribuirão



Foto: ASCOM/ABRAT

Evento reuniu cerca de mil participantes

para o aprimoramento de nossa atuação na defesa e na promoção dos direitos sociais em nosso País”, ressaltou o presidente da ANPT em seu pronunciamento na solenidade de abertura.

Segundo ele, o tema do evento é bastante pertinente, mas não se pode deixar de considerar a preocupação com a situação atualmente vivenciada, com

reiteradas afrontas aos direitos trabalhistas. “Como se não bastassem as nossas preocupações já tradicionais, tais como as irregularidades concernentes ao descumprimento rotineiro das normas de segurança e saúde laborais, o trabalho escravo e infantil, as fraudes trabalhistas em geral, como se não bastasse tudo isso e como se isso tudo

não fosse preocupante o suficiente, ainda temos um número cada vez maior de proposições legislativas em trâmite no Congresso Nacional que têm um caráter cada vez mais precarizante, e, entre esses projetos, chama a nossa atenção, de maneira especial, o PL 4330, que trata da regulamentação da terceirização no país”, destacou. **N**

Conamp promove o Congresso Nacional do MP

A Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP) realizou, dia 30 de outubro, a abertura do XX Congresso Nacional do Ministério Público, com o tema “25 anos do novo Ministério Público: a construção de uma identidade”. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade. O evento teve como objetivo lançar um olhar sobre o processo de construção da identidade do Ministério Público pós-Constituição de 1988. Durante a solenidade, o presidente da Conamp, César Mattar Jr, ressaltou que “é preciso que aproveitemos o momento ora vivenciado pela instituição, de reafirmação das conquistas alcançadas há 25 anos, para reflexão sobre onde estamos e aonde precisamos ir”.



Foto: Ascom/Conamp

Solenidade de abertura do evento

Associação divulga nota pública em defesa da atuação de associada

A ANPT divulgou, dia 7 de outubro, nota pública contra as inverdades dirigidas à atuação da associada Lorena Brandão Landim Camarotti, que, no regular e legítimo exercício de suas atribuições constitucionais, tem adotado, legitimamente, todas as providências pertinentes ao conduzir investigação que averigou graves irregularidades trabalhistas no âmbito de serviço notarial sediado no município de Juazeiro do Norte-CE.

No curso da investigação, a procuradora oficiante, diligentemente, expediu notificação ao referido Cartório requisitando documentos, além de ter solicitado ao Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST) averiguação da situação do meio ambiente do trabalho *in loco*. Surpreendentemente, contudo, o dirigente do estabelecimento investigado, ao invés de buscar defender-se e/ou, sendo o caso, adequar a situação referente às irregularidades que

constituem objeto da investigação conduzida pelo Ministério Público do Trabalho no curso do seu sério trabalho de investigação, passou a lançar inverdades em face da atuação da procuradora. Para tanto, o referido investigado valeu-se dos meios de comunicação disponíveis na localidade, como rádio e televisão, além de ter distribuído panfletos em vários lugares da cidade, inclusive nas proximidades do Fórum Trabalhista.

Por todas essas razões, a ANPT manifestou seu apoio à séria e esmerada atuação de sua associada. Ressalte-se, ainda, que serão adotadas todas as providências necessárias ao resguardo da honra de Lorena Camarotti, em todas as esferas cabíveis, tanto no âmbito penal, como também na esfera cível, inclusive por meio da ação indenizatória correspondente, a qual tem efeito não apenas reparador, mas, também, pedagógico, a fim de se demonstrar que não podem restar impunes tão graves ofensas e ataques.

Procuradores-chefes do MPT são empossados com a presença da ANPT

Foram empossados, dia 1º de outubro, os procuradores-chefes das Procuradorias Regionais do Trabalho (PRTs) de todo o país, para o biênio 2013/2015. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, participaram da solenidade, realizada na Procuradoria Geral do Trabalho, em Brasília. Os mandatos de todos os procuradores-chefes foram unificados pela Portaria 532/12, levando à realização da posse coletiva.

Em seu pronunciamento, Azevedo Lima ressaltou a relevância da realização da cerimônia de posse coletiva dos novos procuradores-chefes das PRTs, destacando também a pertinência de ser ela realizada enquanto se comemora os 25 anos da promulgação da Constituição Federal de 1988. Segundo o presidente da ANPT, a Constituição, “até mesmo em razão de seu contexto histórico, de redemocratização do país, e de sua contribuição para a consolidação dessa democracia, destaca, com ênfase, a necessidade de respeito ao regime democrático”. Ele ressaltou ainda que “a posse dos procuradores-chefes, hoje, representa a verdadeira



Presidente da ANPT em seu pronunciamento durante a solenidade de posse

expressão da democracia, já que Vossas Excelências assumem a gestão de suas respectivas Regionais justamente porque foram para tanto escolhidos por seus pares, seja por eleição, rodízio com base em antiguidade, aclamação ou por qualquer outro critério que cada Regional escolheu, mas tudo com base no respeito à vontade manifestada democraticamente pelos membros do MPT em todo o Brasil, tornando inquestionável a representatividade e a legitimidade dessa escolha”, disse.

Além do presidente da ANPT, compuseram a mesa de honra da soleni-

dade o procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, que ressaltou que “assumir a chefia é uma das tarefas das mais importantes do MPT”, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Carlos Alberto Reis de Paula, que, por sua vez, destacou a importância do MPT para o país. “Nós, do Poder Judiciário, devemos muito ao MPT”. Participaram também conselheiros do CNMP, o subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Luiz Pereira Coelho e o corregedor nacional do Ministério Público, Alessandro Tramujas Assad. **N**

Foto: ASCOM/ANPT

Empossada nova procuradora-chefe do MPT em São Paulo

O Ministério Público do Trabalho (MPT) em São Paulo realizou, dia 24 de outubro, a solenidade de posse da nova procuradora-chefe da Regional, Claudia Regina Lovato Franco. Ela estará à frente da direção do órgão no biênio 2013/2015. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da cerimônia, ocasião em que lembrou das atuações dos procuradores do MPT em São Paulo, destacando a relevância da atuação do órgão, no combate às irregularidades trabalhistas, numa região com tão destacada atividade econômica.

“Esta regional se encontra no Estado de maior pujança econômica, sendo que somente a capital paulista já responde por cerca de 12% do PIB nacional. Isso, inquestionavelmente, reflete no mundo do trabalho e muitas vezes em relações conflituosas, sendo constatada, lamentavelmente em muitas ocasiões, a precarização das relações de trabalho, sendo exatamente nesse cenário que se insere a atuação forte e destacada do MPT”, enfatizou o presidente da ANPT.

Em seu pronunciamento, Cláudia Lovato Franco agradeceu as autoridades presentes e aos colegas do MPT

de São Paulo, que deram a ela o voto de confiança em representá-los nos próximos dois anos. “Renovo aqui minha promessa de exercer o mandato com serenidade e de reaproximar nossos laços, nossa amizade, entre os membros e também promessa de aproximação com outras instituições e órgãos que conosco prestam serviços à sociedade, aos trabalhadores de todos os municípios que integram o âmbito de atuação da Procuradoria Regional do Trabalho da 2ª Região”, frisou.



ANPT participou da solenidade

Foto: Ascom/MPT-SP



ENPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS
PROCURADORES DO TRABALHO

Bahia recebe o 25º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho



Diversas autoridades participaram da solenidade de abertura do evento

Mais de 500 pessoas participaram do 25º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), na Praia do Forte (BA), entre os dias 7 e 10 de novembro. O evento teve em sua programação diversas atividades sociais, muitas delas voltadas para o lazer e o entretenimento dos associados, seus familiares, e os convidados da entidade.

Durante a solenidade de abertura do Encontro, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou o apreço que os associados da entidade têm pela Bahia, com a realização de diversas edições do ENPT no Estado. “A ANPT, assim como os seus associados, têm uma relação direta e muito clara com a Bahia, tantas foram as vezes que aqui retornamos, onde fomos sempre tão bem recebidos”, disse.

Segundo Azevedo Lima, a promoção dos ENPTs extrapola o caráter meramente social e permite, além do maior conagraamento e estreitamento de laços entre os participantes,

a possibilidade de troca de informações importantes para o desempenho de suas atividades profissionais, beneficiando não só a Instituição, mas a sociedade como um todo, que é a efetiva destinatária da atuação dos membros do MPT. “Esses eventos propiciam que possamos buscar aprofundar os debates e até mesmo melhor esclarecer aos colegas acerca de questões relevantes para toda a categoria, tanto em assuntos sob discussão no âmbito das Procuradorias Gerais do Trabalho e da República, quanto no Supremo Tribunal Federal, no Congresso Nacional, no Conselho Nacional do Ministério Público, no Conselho Superior do MPT e em diversas outras esferas”, destacou, ressaltando a honra da Associação em poder receber os mais de 500 participantes de todo o Brasil no Encontro.

O procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho na Bahia, Alberto Bastos Balazeiro, por sua vez, desejou boas vindas aos participantes do 25º ENPT. “É sempre um prazer receber os membros do MPT aqui em nosso Estado”, ressaltou.

Já o procurador-geral do Trabalho, Luis Camargo, apresentou algumas informações a respeito de questões administrativas e desejou um bom ENPT a todos os participantes.

Compuseram o dispositivo de honra da solenidade de abertura do 25º ENPT, também, o senador da República Eduardo Amorim, o conselheiro e representante do MPT no CNMP, Jeferson Luiz Pereira Coelho, o conselheiro do CNMP Cláudio Portela, o corregedor-geral do MPT, Manoel Orlando de Melo Goullart, a vice-presidente e presidente eleita da Conamp, Norma Angélica Cavalcanti, o vice-presidente da ANPR, José Robalinho Cavalcanti, e a ouvidora-geral do MPT, Heloisa Pires. **N**

Assembleia discute redução de custos e escolhe Pernambuco como destino do próximo ENPT

Foi realizada na tarde de sexta-feira, 8/11, a Assembleia Geral Ordinária do 25º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT). Presidiu a reunião a procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro, Teresa Cristina D'almeida Basteiro, tendo sido secretário da Assembleia o procurador do Trabalho Rafael Garcia Rodrigues. Durante a sessão, o Estado de Pernambuco foi escolhido, como primeira opção, para ser sede do 26º ENPT.

Entre os temas debatidos durante a reunião, estava a necessidade de redução

dos custos dos Encontros, realizados com recursos exclusivamente próprios e sem qualquer patrocínio, e possíveis medidas que venham a contribuir para tal redução. Diversos procuradores sugeriram alternativas e, entre elas, a possibilidade de se cobrar o ressarcimento de parte dos custos dos acompanhantes dos associados, medida que obteve apoio de praticamente a totalidade dos presentes.

Na ocasião, também foi apresentado, e aprovado, parecer favorável do conselho fiscal da ANPT sobre as contas

da entidade nos meses de julho, agosto e setembro de 2013. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esclareceu, também, questões referentes a ações judiciais da Associação, assim como a situação de alguns projetos em tramitação no Congresso Nacional acompanhados pela entidade.

Por fim, o grupo votou e escolheu Pernambuco como primeira opção para a realização do 26º ENPT, que acontecerá em 2014. Como segunda opção de localidade, foi escolhido o Estado de Santa Catarina. **N**



Prêmio Evaristo de Moraes Filho é entregue durante a solenidade de abertura

Durante a solenidade de abertura do 25º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), foi realizada a entrega do XIV Prêmio Evaristo de Moraes Filho, categoria melhor trabalho doutrinário. O prêmio tem a finalidade de prestigiar e incentivar a produção doutrinária dos procuradores do Trabalho, associados da entidade.

Nesta edição, foi classificado como primeiro colocado o procurador do Trabalho Alessandro Santos de Miranda. O tema abordado por ele foi: O meio ambiente do trabalho nas prisões sob custódia – Encarcerados sem penas pelo Estado infrator.



Alessandro Santos recebe o prêmio de primeiro colocado



Entrega do prêmio de segundo colocado



Terceiro colocado

Em segundo lugar, foi premiado o procurador do Trabalho Eduardo Maia Tenório da Cunha, que no ato foi representado pela diretora da ANPT, Yamara Figueiredo. O tema da obra foi: Responsabilidade do Estado brasileiro pelos direitos

trabalhistas dos empregados das empresas contratadas.

Em terceiro lugar, com a obra “Conflitos coletivos de trabalho”, foi premiado o procurador regional do Trabalho Francisco Gerson Marques de Lima. **N**

Campeonatos esportivos movimentaram o 25º ENPT

Ao longo dos dias de realização do 25º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), promovido pela ANPT, os campeonatos esportivos de futebol, tênis e corrida uniram os participantes do evento. Ao final, durante a festa de encerramento do Encontro, os vencedores foram agraciados com as medalhas de ouro, prata e bronze.

No campeonato de futebol, cerca de 50 participantes do evento disputaram o primeiro lugar do torneio. O time verde claro levou a melhor e faturou a medalha de ouro. Em segundo lugar ficou o time amarelo e em terceiro o time verde escuro.

Durante o torneio de tênis, a disputa foi ainda mais acirrada. Os jogos tiveram início na sexta-feira, 8/11, e só terminaram no sábado, com a grande final entre os associados Odracir Juares Hecht e Omar Afif. O primeiro ganhou a medalha de ouro e Afif ficou com o segundo lugar.

Já na corrida na praia, que aconteceu no sábado de manhã, os dois 2,5 km de prova fizeram os participantes suarem a camisa. Após 26 minutos, Paulo Stehling foi o primeiro colocado. Em segundo lugar ficou Paulo Crestana e em terceiro Renata Stehling. **N**



Time vencedor do campeonato



Time amarelo ficou com o segundo lugar



Participantes da corrida na praia



Terceiro lugar ficou para o time verde escuro



Time azul ficou em quarto lugar



Participantes do campeonato de tênis

MPT/SE empossa novo procurador-chefe e comemora 20 anos da Regional

O Ministério Público do Trabalho em Sergipe comemorou, dia 11 de outubro, 20 anos de sua instalação no Estado e empossou o novo procurador-chefe, Raymundo Lima Ribeiro Júnior. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou das solenidades. Para o dirigente da entidade, a relevância do evento é inquestionável, pois possibilita uma aproximação ainda maior com a sociedade e com os órgãos estatais e representações da sociedade civil sergipana com a instituição, que, em suas palavras, “desenvolveu, ao longo dessas suas duas décadas de existência, enfática atuação na defesa e na promoção dos direitos sociais”, disse.

Azevedo Lima ressaltou, em seu pronunciamento, que várias das medidas adotadas pelos membros da PRT em Sergipe serviram e servem de paradigma para a atuação dos membros do MPT em todo o Brasil. Ele parabenizou o procurador Luís Fabiano Pereira, “que conclui seu mandato com a inegável segurança do dever cumprido”, destacando todo o seu trabalho buscando assegurar melhor estrutura material e de recursos humanos no âmbito da Regional. O dirigente da ANPT frisou, ainda, que o novo procurador-chefe,



Solenidade de posse do novo procurador-chefe

Raymundo Ribeiro, certamente terá grandes desafios, mas que os superará com êxito e o entusiasmo que sempre caracterizou sua atuação ao longo de sua carreira no MPT.

O empossado, Raymundo Ribeiro, estará à frente do órgão durante o biênio 2013-2015. Segundo o novo procurador-chefe, são muitos os desafios que a sua gestão irá enfrentar, mas o principal foco é a relação das atividades administrativas com a atividade-fim. “O desafio será aliar a atividade administrativa com atuação finalística, que é o objetivo do MPT na defesa dos direitos fundamentais dos trabalhadores”, disse.

Sobre os 20 anos de funcionamento da instituição, ele falou que o momento é de planejar. “Agora é traçar planejamento e metas para os próximos 20 anos. Não podemos administrar o MPT sem pensar no nosso público externo. Toda a estrutura do Ministério Público do Trabalho deve estar voltada para a nossa finalidade institucional, que é o retorno para a sociedade que vive do trabalho. As pessoas que vivem do trabalho, sejam elas empregadores ou empregados, são os nossos destinatários”, destacou Raymundo. Na ocasião, os Correios lançaram o selo comemorativo dos vinte anos do MPT. **N**

Foto: Ascom/PRT/SE

CLUBE **ANPT**
DE VANTAGENS



O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela Associação para todos os filiados da ANPT. A plataforma trará, sempre,

novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.

Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias,

empresas aéreas, concessionárias, bancos, dentre vários outros.

Acesse a página eletrônica da ANPT, no endereço www.anpt.org.br, e clique no tópico “Espaço do Associado”. Em seguida, clique em “Convênios ANPT” e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.



“É inadmissível que um país, que tanto tem alcançado em termos de desenvolvimento socioeconômico, ainda permita que suas crianças não tenham infância”

Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara dos Deputados sobre trabalho infantil, deputada Sandra Rosado, fala sobre a CPI e faz uma avaliação sobre o tema, nos dias de hoje, no Brasil. Confira.

De acordo com a OIT, 160 milhões de crianças trabalham irregularmente em todo o mundo. Como a CPI do Trabalho Infantil pode contribuir para modificar essa realidade no Brasil?

O que me impulsionou a propor essa CPI foi justamente identificar que o trabalho infantil trata-se, realmente, de uma das mais graves mazelas deste país. Vítimas, frequentemente, dos próprios pais, que precisam dos filhos para aumentar o orçamento doméstico, esses milhões de crianças e jovens perdem sua infância na lida diária por uns poucos trocados.

A nossa ideia é conhecer de perto essas realidades e traçar um diagnóstico do trabalho infantil no Brasil. Mostrar aos brasileiros que muitas são as crianças que ainda trocam os bancos da escola pelo trabalho precoce. Apesar do esforço das organizações internacionais e de setores do poder público brasileiro, é certo que a situação do trabalho infantil permanece preocupante no país.

Não obstante os avanços existentes, não há dúvida de que a prática continua usual, atingindo número superior a 4 milhões de crianças, contabilizadas todas as regiões. Daí a necessidade imperiosa de investigação firme e criteriosa do Congresso Nacional.

Quais providências entende que podem ser adotadas, inclusive no que diz respeito a políticas públicas, para otimizar os resultados no combate a essa chaga que é o trabalho infantil?

Há sete anos comecei minha luta no Congresso Nacional para que essa CPI fosse instalada. Finalmente, no dia 8 de outubro comemoramos sua efetivação. À época minha proposta embasava-se em denúncias ventiladas

pela imprensa televisiva, referentes ao trabalho infanto-juvenil em alambiques no sudoeste da Bahia.

Outras denúncias foram apresentadas, referentes à exploração de trabalho infantil nas mineradoras de talco, e redundaram no cancelamento de contratos de aquisição de matéria-prima por três empresas multinacionais.

Finalmente, incluímos em nossa justificativa os gravíssimos problemas de utilização de mão de obra infanto-juvenil em ambiente doméstico, modalidade geralmente invisível, mas que apresenta exemplos escabrosos de maus tratos e abuso físico e sexual.

A partir dessa realidade, vemos que em um primeiro momento precisamos identificar as causas e os efeitos de cada situação e a partir disso trabalharmos diretamente no fato. Não podemos negar que crianças que trabalham em alambiques, por exemplo, têm uma realidade totalmente diferente de crianças que trabalham como artistas, ainda que ambos os casos não deixem de ser trabalho infantil.

Em muitos casos, o enfrentamento ao trabalho infantil esbarra na questão cultural, pois parte considerável da sociedade ainda entende como natural ver crianças trabalhando, até mesmo com o discurso de que “é melhor trabalhar que roubar”, como se fossem estas, de fato, as únicas opções disponíveis. Como analisa essa questão e como a CPI pode contribuir para modificar essa mentalidade?

Como disse, nada poderá ser anunciado sem antes identificarmos a realidade de cada fato. O único entendimento é que este é o momento de reconhecer que o

lugar de criança e adolescente é na sala de aula, estudando e realizando atividades lúdicas.

É inadmissível que um país, que tanto tem alcançado em termos de desenvolvimento socioeconômico, ainda permita que suas crianças não tenham infância e exerçam atividades que não são produtivas para elas próprias, suas famílias e tampouco para a nação, que tem sua imagem manchada perante os outros povos por não proteger seus jovens. Esse será o nosso foco, que criança seja tratada e viva como criança em qualquer circunstância.

Serão promovidas diversas audiências no âmbito da Comissão. Quais pontos, em sua opinião, devem gerar mais polêmica? Quais serão as principais dificuldades que a CPI deverá enfrentar?

Sem dúvida, entre tantos, será justamente o de mudar o discurso que é melhor “trabalhar que roubar”. Sem contar que estamos adentrando em um campo minado que envolve os mais diferentes interesses, mas isso não nos intimida e sim nos dá disposição para lutar pela valorização da criança. Não podemos negar jamais que crianças afastadas dos bancos escolares, carentes de educação elementar e lazer minimamente saudável, anulam sem saber suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho e de ingresso na vida adulta de forma digna, produtiva e satisfatória. Todos nós sabemos que a CPI está diante de uma tarefa muito nobre, mas também demandante e árdua, que muito acrescentará aos seus membros pela grandeza de nossa missão de ao mesmo tempo zelar pelo futuro de nossas crianças e adolescentes, e assim contribuir para a construção de um país melhor para se viver. **N**

Procurador-chefe toma posse e traça objetivo de melhor estruturar Ministério Público do Trabalho na Bahia

Tomou posse, dia 10 de outubro, o novo procurador-chefe do Ministério Público do Trabalho (MPT) da Bahia, Alberto Bastos Balazeiro. A solenidade contou com a participação do Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, bem como de procuradores, servidores e demais autoridades do MP, do Judiciário, do Executivo e do Legislativo.

Em seu pronunciamento, Azevedo Lima ressaltou a honra em participar da solenidade de posse da PRT-5. “Não digo isso em razão do excelente relacionamento que tenho a grata satisfação de ter com cada um dos protagonistas desse evento, mas, acima de tudo, em razão da reconhecida e destacada atuação que aqui se desempenha no combate às mais variadas ilicitudes na esfera trabalhista e na defesa dos interesses da sociedade”, disse.

Azevedo Lima lembrou, ainda, a atuação do MPT-BA em regiões como a de Itabuna, onde se constata, por exemplo, irregularidades graves em empresas do



Alberto Balazeiro durante seu discurso de posse

setor têxtil e na construção civil – atuação emblemática numa área sensível a esses assuntos. Falou, também, acerca da questão da contaminação por chumbo, com multinacionais responsáveis pelo despejo de centenas de milhares de litros de resíduos que contaminam a atmosfera, o solo, o lençol freático e está associado a várias doenças não apenas de trabalhadores, mas de moradores em geral da região, entre outras ações nas áreas de combate ao trabalho escravo, às fraudes trabalhistas, no setor energético e à terceirização ilícita.

“Parte bem expressiva dos exemplos que tive a oportunidade de mencionar sobre a atuação do MPT teve, de algum modo,

a participação de Alberto, direta ou indiretamente, que já atuou em diversas unidades do MPT no Estado da Bahia, sempre com atuação destacada, inclusive com forte participação em ações de repressão ao trabalho escravo e à terceirização ilícita”, disse o presidente da ANPT, para depois lembrar os desafios que o novo procurador-chefe do MPT-BA deverá enfrentar à frente da Regional.

O empossado, por sua vez, lembrou que esteve há pouco tempo como diretor da ANPT, o que, segundo ele, é motivo de muita honra. Balazeiro também foi duro contra tentativas recentes de alterar pontos importantes da CLT. “Não podemos jamais permitir que um avanço de setenta anos seja vilipendiado por eventuais modificações ou acréscimos legislativos que resultem em precarização das relações do trabalho.” Para finalizar, afirmou: “Uma sociedade progride quando realmente protege os seus trabalhadores.”

* Confira a íntegra da matéria no site www.anpt.org.br

Empossada nova procuradora-chefe do MPT em Amazonas e Roraima

O Ministério Público do Trabalho nos Estados de Amazonas e Roraima (MPT-11ª Região) realizou, dia 23 de outubro, a solenidade de posse da procuradora-chefe da Regional, Alzira Melo Costa, e da procuradora-chefe substituta, Fabíola Bessa Salmito Lima, na chefia do órgão para o biênio 2013/2015. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da cerimônia.

Durante sua saudação, o presidente da ANPT destacou a atuação pioneira do MPT e os benefícios da parceria com diversos órgãos, entidades e instituições dos estados de Amazonas e Roraima, contribuindo para a otimização dos resultados. Ressaltou, ainda, o desafio da gestão pública em relação aos recursos humanos. “É um desafio que se apresenta para todo gestor público, mas no âmbito do MPT sentimos diretamente um problema ainda maior. É uma



Solenidade de posse da nova procuradora-chefe do MPT/AM-RR

situação preocupante, tendo em vista que temos um número de servidores, indiscutivelmente, escasso ou quase inexistente, principalmente se levarmos em consideração que temos a situação mais grave entre todos os ramos do Ministério Público da União”, afirmou.

A nova procuradora-chefe da Regional fez um discurso baseado na gratidão aos amigos, colegas e familiares que acompanharam sua carreira e no amor pelas funções que exerce no âmbito do MPT. Durante seu pronunciamento, Alzira Costa mencionou algumas lições

que aprendeu desde que ingressou no órgão trabalhista. “Nestes quatro anos em que estou no *parquet* trabalhista, muitas foram as idas e vindas que no caminho me revelaram duas coisas, as quais trago como constantes em minha vida: a primeira é a necessidade de não perdermos a capacidade de nos indignarmos frente às injustiças sociais, e a segunda é manter vivos os ideais de justiça, solidariedade e fraternidade”, disse.

Alzira Costa mencionou ainda duas metas para a nova gestão, que estão ligadas aos projetos que está desenvolvendo ao longo dos anos. O primeiro é a erradicação do trabalho infantil e o segundo consiste na obtenção de condições decentes de trabalho para os catadores de materiais recicláveis, promovendo a inclusão formal das cooperativas e associações de catadores na coleta seletiva de Manaus.